

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Alberto de Sá Filho

Diretor de Redação
Ronaldo Martins Junqueira

Diretor Financeiro
Evaristo de Oliveira

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Pátio dos milagres

Sempre que algum acontecimento na ordem econômica fica aquém das expectativas sugeridas pelo plano de ajustamento, como o incremento inflacionário de 9,61 por cento em junho, logo ecoam boatos no sentido de que o Governo prepara novas medidas de contenção. Os agentes responsáveis por semelhante postura revelam paupérrima concepção dos fatos econômicos e, em consequência, oferecem aos especuladores a matéria-prima para a auferição de vantagens, eles próprios os principais boateiros.

As ações econômicas apresentam resultados múltiplos, em tempos díspares, em intensidades diversas, uns a curtíssimo prazo, outros evoluem em menor velocidade e os de natureza estratégica nem chegam a consumir-se no prazo de uma só gestão presidencial. O congelamento de preços é uma providência de efeitos imediatos, assim também a imobilização de poupanças no Banco Central, primeiras decisões tomadas pelo Governo no âmbito do Plano Brasil Novo. Já a fixação de uma política salarial exige pressupostos complexos a serem examinados. E os seus objetivos transcendem aos prazos, desde que os valores envolvidos na questão tendem a mudanças muitas vezes imprevisíveis.

As políticas de comércio exterior e industrial, por se constituírem em alterações estruturais de grande envergadura, com vistas à modernização econômica do País, seguramente irão transpor o mandato do presidente Fernando Collor. Seria simplesmente lidar com uma hipó-

tese absurda admitir que o País alcance os estágios superiores da modernidade em cinco anos. Então, tem-se aí que a meta fundamental do programa reformista em curso não é tarefa apenas para um só governo, mas é uma proposta lançada sobre a perspectiva da virada do século.

Ora, se o contingenciamento econômico se opera dentro de condicionantes tão diversificadas e complexas, exigir que o Governo, em um prazo de cem dias, apresente uma robusta agenda de problemas resolvidos, é querer transformá-lo em um pátio de milagres. A mesma linha de raciocínio explica por que o presidente Fernando Collor não cogita aplicar novo choque à economia, como chegou a ser levemente divulgado, logo, porém, objeto de desmentido da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

Antes de tudo, é indispensável a maturação do tempo. Um programa ambicioso de rejuvenescimento do sistema econômico e de atualização das práticas governamentais aos regimes da eficiência e da austeridade não pode ser substituído sob o impacto de acontecimentos irrelevantes. As forças ativas da produção, os protagonistas das difíceis e complicadas operações do mundo financeiro, as mentes esclarecidas, enfim, todas as parcelas do poder nacional devem vacinar-se contra os expedientes sibilinos dos fabricantes de crise, na verdade apenas pescadores de águas turvas.